

Sinpro-DF orienta reforço do monitoramento nas escolas para cobrar providências do GDF

O retorno presencial às aulas não é definitivo. Sua continuidade depende dos cenários que vão se construindo ao longo dos dias nas unidades escolares e, sobretudo, do cumprimento dos protocolos de segurança sanitária pelo Governo do Distrito Federal, seja quanto à estrutura física oferecida ou aos encaminhamentos administrativos.

A afirmação vem sendo feita pelo Sinpro-DF desde que o GDF determinou que as salas de aula reabrissem no último dia 5 de agosto, em plena pandemia. Isso porque, para o Sindicato, não se pode banalizar o cenário apresentado, que continua tirando a vida de pessoas e deixando tantas outras com sequelas físicas e emocionais graves. Não há normalidade quando a vida está permanentemente em risco.

Após o retorno presencial às aulas, foram divulgados pela Secretaria de Educação do DF 92 casos de covid-19 no ambiente escolar, sendo 89 professores e três estudantes. Levantamento do Sinpro-DF mostra que, até esta segunda-feira (30), 41 escolas (veja lista abaixo) registraram caso de infecção pelo coronavírus. Os casos chegaram ao conhecimento do Sindicato a partir de denúncias ou comunicados feitos por membros da comunidade escolar.

Embora gestoras/es realizem o esforço diário de enviar à Secretaria de Educação relatório com informações sobre covid-19 nas unidades escolares, a publicação desses dados ainda não foi feita de forma ampla e transparente pelo governo. O resultado é o grave impacto na avaliação do cenário atual e, consequentemente, na formulação de ações que devem ser tomadas para solucionar problemas atuais e futuros.

Em reunião com a Comissão de Nego-

ciação do Sinpro-DF, após reivindicação do Sindicato, a SEEDF informou que lançaria uma espécie de plataforma para dar publicidade aos dados sobre covid-19 nas escolas públicas. Entretanto, até o fechamento desta Edição Extra, a plataforma ainda não havia ido ao ar.

Em defesa da vida, a diretoria do Sinpro-DF vem acompanhando o dia a dia das unidades escolares desde o primeiro dia de retorno presencial às aulas, com realização de visitas e reuniões nas unidades escolares e também com segmentos, como gestores e delegados sindicais.

Além disso, o Sindicato vem apresentando uma série de propostas nas negociações com o GDF e dando todo suporte jurídico à categoria para mitigar os riscos de infecção pela covid-19 no ambiente escolar. Um dos pontos recorrentemente reivindicados pela Comissão de Negociação do Sinpro-DF é a apresentação de protocolo de segurança sanitária específico para a educação. Embora haja um guia genérico do GDF de procedimentos em caso de confirmações de covid-19 nas escolas, as situações vêm sendo analisadas individualmente pela SEEDF. Isso vem gerando insegurança às/aos gestoras/es e, de certa forma, a transferência da responsabilidade administrativa do GDF para as gestões das escolas.

Concomitantemente, o Sindicato vem atuando também no Comitê de Monitoramento de Retorno às Aulas Presenciais na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, criado pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Além do Sinpro-DF, compõem o Comitê o Fórum Distrital de Educação; o Conselho Distrital de Saúde; a Defensoria Pública;

o Observatório de Educação Básica da UnB; o Sindicato da Carreira Assistência à Educação (SAE); a União dos Estudantes Secundaristas do DF (UESDF); o Fórum Distrital de Educação; e a OAB-DF (Ordem dos Advogados do Brasil).

É importante ressaltar que a luta do Sinpro em defesa da vida foi iniciada ainda em março de 2020, quando o GDF decretou estado de calamidade pública diante dos efeitos da pandemia. A partir de então, foram conquistadas várias garantias, como a implementação e manutenção do ensino remoto – de durou quase um ano e meio; a vacinação de todas/os as/os trabalhadoras/es da educação; e a manutenção do emprego 11 mil professoras/es em contrato temporário.

Com a finalização do calendário de retorno presencial às aulas neste dia 30 de agosto, os cerca de 450 mil estudantes da rede pública de ensino estarão de volta, mesmo com a covid-19 ainda fazendo vítimas. Com isso, é urgente que o monitoramento que já vem sendo realizado nas escolas pela diretoria do Sinpro-DF e pelo Comitê de Monitoramento seja intensificado, bem como o diálogo com os diversos segmentos. O objetivo é apresentar o real cenário imposto à comunidade escolar e cobrar as providências do GDF. Além disso, antes que os tristes números referentes à covid-19 nas escolas se ampliem, é necessário que o governo realize a testagem em massa naquelas e naqueles que frequentam as escolas, como forma de mitigar os riscos de infecção pelo vírus. Outra ação essencial é a instituição de comitê técnico, com participação do Sinpro-DF, para levantamento dos casos de infecção pelo coronavírus, como forma de confrontar a subnotificação imposta, com publicação de boletins a cada 15 dias.

Para pressionar as ações sugeridas, apresentamos o seguinte calendário:

SETEMBRO

Reunião com gestores

Plenárias regionalizadas

**Datas a definir em função do calendário da Conape, CNTE e CUT*

22/9 - Reunião com delegados sindicais, às 19h

28/9 - Assembleia Geral com manutenção do indicativo de greve

Lista das escolas que registraram caso de covid-19

- | | |
|--|--|
| 1 – Jardim Infância 308 Sul | 23 – CAIC Helena Reis |
| 2 – CEI 416 Santa Maria | 24 – CED AGROURBANO |
| 3 – CEI 08 Taguatinga | 25 – EC 38 Ceilândia |
| 4 – CEI 307 de Samambaia | 26 – CEF 507 DE Samambaia |
| 5 – EC 102 Sul Plano Piloto | 27 – EP 308 Sul |
| 6 – CED 02 RF 1 | 28 – CEF 312 de Samambaia |
| 7 – EC 415 Samambaia | 29 – EC RCG do Plano Piloto |
| 8 – EC 100 Santa Maria | 30 – EC 410 de Samambaia |
| 9 – EC 308 Sul do Plano Piloto | 31 – CED São Bartolomeu São Sebastião |
| 10 – EC 55 de Taguatinga | 32 – EC 218 Santa Maria |
| 11 – EC 121 Samabaia | 33 – CEF 214 Sul |
| 12 – CAIC UNESCO São Sebastião | 34 – CEF 102 Norte |
| 13 – CAIC Walter José de Moura de Taguatinga | 35 – CED Vargem Bonita |
| 14 – CAIC Bernardo Sayão Ceilândia | 36 – EC 115 Norte |
| 15 – CAIC Paranoá | 37 – CEF 102 Norte |
| 16 – Escola Classe 305 Sul | 38 – CEF 410 Norte |
| 17 – CAIC de Sobradinho II | 39 – EC 203 Santa Maria |
| 18 – CEI 04 de Taguatinga | 40 – CEMUB - Centro de Ensino Médio |
| 19 – JI 108 Sul | Urso Branco |
| 20 – CEI Galvão | 41 – CEF Queima Lençol - Escola Rural de |
| 21 – EC 13 de Ceilândia | Sobradinho |
| 22 – CED Myrian Ervilha Recanto das Emas | |

**Casos confirmados até o fechamento dessa edição.*

Lutas Nacionais

Reforma administrativa

Está em tramitação na Câmara dos Deputados a reforma administrativa (PEC 32). Apresentada pelo governo federal, a Proposta de Emenda à Constituição extingue o Regime Jurídico Único e traz uma série de mudanças na prestação dos serviços públicos. Na prática, a PEC tira a responsabilidade do Estado de garantir a execução dos serviços públicos e empurra essa tarefa para a iniciativa privada. Com isso, a população, que já vem sofrendo com a alta do preço da gasolina, do gás de cozinha, dos itens alimentícios, também poderá ser obrigada a pagar por serviços básicos à dignidade humana, como educação, saúde e segurança.

O governo Bolsonaro-Guedes ainda vem tentando, mais uma vez, ludibriar a população ao afirmar que a reforma administra-

tiva não retira direitos dos atuais servidores públicos. Entretanto, o próprio texto da PEC 32 deixa claro que a reforma atinge servidores da ativa, aposentados e futuros servidores.

Com a reforma administrativa, a estabilidade dos atuais servidores estará em jogo e vários outros direitos ficam ameaçados, como as férias superior a 30 dias/ano, adicionais referentes a tempo de serviço, progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço, efeitos retroativos de reajustes, licenças decorrentes de tempo de serviço.

Já quem irá entrar no serviço público, além de perder praticamente todos os direitos garantidos pela atual legislação, também estará submetido a uma nova forma de vínculo com a administração pública, que desemboca

em condições de trabalho fragilizadas, menos direitos e maior possibilidade de assédio moral.

A reforma administrativa também ataca aposentados. Como impacto imediato, a PEC 32 quebra da paridade. Além disso, com a redução no quantitativo dos atuais cargos e carreiras, proposto pela PEC 32, as tabelas salariais serão reestruturadas. Com isso, a principal parte da remuneração será vinculada à avaliação de desempenho, desvinculando ativos de aposentados e pensionistas.

Pelas graves e irremediáveis consequências que a reforma administrativa traz aos servidores públicos e à população de forma geral, é necessário fortalecer a luta para barrar a aprovação da proposta na Câmara dos Deputados.

Para isso, propomos o seguinte calendário:

13/9 – Dia D: Debates nas escolas sobre a reforma administrativa e seus impactos na Educação

14/9 – 2º Dia Nacional de Luta contra a reforma administrativa

